



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JARDIM DA SERRA  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025



ESCREVA SEU NOME COMPLETO AQUI: \_\_\_\_\_

Confira se o cargo para o qual se inscreveu é o constante abaixo:

## AGENTE DE CONTRATAÇÃO

### ORIENTAÇÕES

- Este Caderno contém 40 (quarenta) questões, compostas por 4 (quatro) alternativas (A, B, C e D) e uma única resposta correta em cada questão. Em caso de divergência de dados e/ou defeitos, solicite providências ao fiscal de sala.
- Você receberá o Cartão-Resposta, no qual serão transcritas as respostas do Caderno de Questões, com caneta esferográfica de tinta **azul** ou **preta**, de acordo com as orientações de preenchimento contidas nele.
- Após o preenchimento do Cartão-Resposta, o candidato **deverá assinar o mesmo**, sob pena de invalidez do documento.
- Durante a realização das provas é vedado:
  - a) consultar livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou equipamentos eletrônicos;
  - b) a comunicação entre os candidatos;
  - c) ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal;
  - d) a ingestão de alimentos e bebidas, com exceção de água acondicionada em embalagem plástica transparente sem rótulos e/ou etiquetas;
  - e) entregar o cartão-resposta antes de decorridos 45 minutos do seu início;
  - f) o uso de relógio de qualquer tipo e aparelhos telefônicos, quaisquer equipamentos elétricos ou eletrônicos, bonés, chapéus e porte de qualquer tipo de arma.
- **A saída da sala de prova, com a entrega do Cartão-Resposta, somente será permitida depois de transcorridos 45 minutos do início da mesma.**
- Ao concluir a prova e o preenchimento do Cartão-Resposta, entregue-os ao fiscal de sala ou responsável pela empresa executora. A não entrega do acima especificado, implicará na eliminação do candidato do Concurso Público.
- O tempo de duração total da prova é de 03 horas, incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta.

### COMPOSIÇÃO DA PROVA

LÍNGUA PORTUGUESA	10 questões
CONHECIMENTOS GERAIS, LEGISLAÇÃO E INFORMÁTICA	10 questões
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO	20 questões
<b>TOTAL</b>	<b>40 questões</b>

**ATENÇÃO: OS 3 ÚLTIMOS CANDIDATOS, AO TERMINAREM A PROVA, DEVERÃO PERMANECER JUNTOS EM SALA PARA, COM OS FISCAIS, ASSINAR O LACRAMENTO DO ENVELOPE QUE GUARDARÁ OS CARTÕES-RESPOSTA E POSTERIORMENTE ASSINAREM A ATA DE SALA.**

## TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 01 A 10.

**Impactos do uso da inteligência artificial em decisões administrativas e judiciais**

O uso de inovações tecnológicas pela administração pública, especialmente a inteligência artificial (IA), é um tema central nas políticas públicas brasileiras, como demonstrado pela Estratégia Brasileira para Inteligência Artificial (EBIA). Essa iniciativa visa a promover a pesquisa, a inovação e a capacitação profissional, destacando a cooperação entre setores público e privado.

A IA pode aumentar significativamente a capacidade de processamento de dados, ajudando na identificação de problemas e tendências e, assim, aprimorar a tomada de decisões dos administradores. No entanto, essa automatização apresenta riscos, especialmente no que diz respeito à discricionariedade, na medida em que a substituição do julgamento humano por decisões baseadas em algoritmos pode resultar em julgamentos injustos, especialmente em casos que exigem uma análise mais sutil e específica.

O ministro Gilmar Mendes, em seu voto no julgamento da ADI 6389/DF, enfatiza essa preocupação, alertando para a crescente automação das decisões críticas que afetam o Estado de Direito. "Vivemos na era das escolhas de Sofia automatizadas", destacou, reforçando a necessidade de transparência e controle, essenciais para a proteção dos valores democráticos e para o exercício da cidadania.

Nesse contexto, no âmbito do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu a Resolução 332/2020 que dispõe sobre a ética, transparência na produção e uso da IA no Judiciário, a fim de preservar a base principiológica processual. Garantindo assim que os algoritmos das IAs não se tornem deterministas e enviesados, evitando-se também eventuais manipulações ao serem gerados.

Por mais que a referida resolução se restrinja ao Poder Judiciário, posto que ainda não há lei que trate do assunto, tais diretrizes devem ser estendidas para toda a administração pública, ante a evidente urgência em instruir, organizar e implementar a utilização de IAs. Mas afinal, para as hipóteses de tomada de decisão, uma recomendação apresentada por inteligência artificial possui caráter vinculante ou discricionário?

O questionamento é necessário, tendo em vista que, para chegar em tal recomendação, a IA se utilizou de base de dados, padrões e tendências fornecidas.

Ou seja, o julgador teria um ônus argumentativo ainda maior para a hipótese de decidir de forma contrária ao sugerido pela IA, ocasionando uma evidente redução na discricionariedade, em vista da natural conformidade ao produzido pelo sistema. Assim como pela insegurança de se alterar ou contrariar sugestão algorítmica, que por sua vez pode acarretar eventual responsabilização pelo ato proferido.

Portanto, embora a adoção da IA seja inevitável e possa trazer benefícios significativos, é crucial equilibrar seu uso com a supervisão humana, a fim de garantir decisões justas e respeitando a complexidade das situações que exigem um julgamento mais profundo e contextualizado. A responsabilidade do Estado é não apenas implementar essas tecnologias, mas também assegurar que elas sejam usadas de forma ética e justa.

Fonte: Correio Braziliense (adaptado).

**01)** O texto discute o avanço da inteligência artificial na administração pública e no Poder Judiciário, destacando benefícios, riscos e a necessidade de supervisão humana. Com base nessa perspectiva, analise as assertivas a seguir.

- I. O texto reconhece que a IA pode contribuir para o aprimoramento das decisões administrativas ao ampliar a capacidade de processamento de dados.
- II. O autor alerta que o uso da IA, sem a devida supervisão, pode restringir a discricionariedade e influenciar injustamente decisões complexas.
- III. O texto sustenta que as recomendações emitidas por sistemas inteligentes possuem caráter sempre vinculante, reduzindo por completo a autonomia do julgador.

Com base nessas assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Todas estão corretas.
- (B) Apenas I está correta.
- (C) Apenas I e II estão corretas.
- (D) Apenas II e III estão corretas.

**02)** O autor enfatiza que, apesar da inevitável expansão do uso da inteligência artificial, sua adoção deve ser acompanhada de supervisão humana, especialmente porque decisões automatizadas tendem a reduzir a discricionariedade de gestores e julgadores. Nesse sentido, o texto ressalta que a recomendação produzida por IA impõe ao decisor um ônus argumentativo maior, pois ele estaria contrariando uma orientação construída com base em dados, padrões e tendências. Assim, a adoção de IA pode acarretar uma \_\_\_\_\_, na medida em que a conformidade às sugestões algorítmicas se torna mais provável.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, a lacuna?

- (A) retomada da neutralidade estatal.
- (B) compressão da autonomia decisória.
- (C) ampliação da subjetividade interpretativa.
- (D) eliminação das responsabilidades funcionais.

**03)** O texto evidencia tensões entre inovação tecnológica e preservação dos valores democráticos, ressaltando a função da Resolução CNJ 332/2020 como instrumento de controle ético e de transparência. Considerando os argumentos apresentados, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A resolução mencionada pretende impedir que algoritmos utilizados no Judiciário produzam decisões enviesadas ou manipuláveis.
- (B) O texto indica que a automação de decisões críticas pode comprometer o Estado de Direito, caso falte supervisão humana.
- (C) O autor defende que, embora destinada ao Judiciário, a resolução deveria orientar toda a administração pública, diante da urgência do tema.
- (D) O texto afirma que, ao seguir as recomendações da IA, o julgador é dispensado de justificar sua decisão, já que a orientação algorítmica supre a fundamentação necessária.

**04)** O texto apresenta diferentes verbos empregados em suas formas nominais, integrando a estrutura sintática e semântica da frase ao indicar ação e circunstância de modo. Considerando a construção “A IA pode aumentar significativamente a capacidade de processamento de dados, ajudando na identificação de problemas e tendências”, analise o emprego de formas nominais e assinale a alternativa que identifica corretamente a classificação de cada uma dentro do período.

- (A) **aumentar** é particípio e **ajudando** é gerúndio.
- (B) **aumentar** é infinitivo e **ajudando** é gerúndio.
- (C) **aumentar** é gerúndio e **ajudando** é particípio.
- (D) **aumentar** é particípio e **ajudando** é infinitivo.

**05)** No trecho do texto “Essa iniciativa visa a promover a pesquisa”, a palavra “essa” exerce função determinante ao retomar elemento já mencionado e situá-lo no discurso. Considerando sua natureza gramatical, assinale a alternativa que identifica corretamente o tipo de pronome empregado.

- (A) pronome indefinido especificador.
- (B) pronome pessoal do caso reto.
- (C) pronome relativo explicativo.
- (D) pronome demonstrativo.

**06)** O texto utiliza a palavra “hipóteses”, cuja acentuação atende às regras gerais do sistema ortográfico vigente. Considerando essas regras, assinale a alternativa que explica corretamente o motivo da acentuação desse vocábulo.

- (A) A palavra recebe acento por ser paroxítona terminada em ditongo crescente.
- (B) A acentuação decorre da presença de hiato formado por vogais idênticas.
- (C) A palavra é acentuada por se tratar de proparoxítona, regra segundo a qual todas são obrigatoriamente acentuadas.
- (D) O acento é aplicado porque se trata de oxítona terminada em **-es**.

**07)** No trecho “A responsabilidade do Estado é não apenas implementar essas tecnologias, mas também assegurar...”, o conectivo “mas” desempenha função específica na estrutura argumentativa, organizando elementos coordenados e reforçando a ampliação do enunciado. Considerando esse uso, assinale a alternativa que identifica corretamente a circunstância semântica expressa pelo conectivo em destaque.

- (A) oposição absoluta entre duas ideias incompatíveis.
- (B) consequência direta do primeiro segmento.
- (C) adição reforçada, em estrutura correlativa.
- (D) explicação relativa ao termo anterior.

**08)** O texto menciona que o julgador teria um “ônus argumentativo maior” ao decidir de forma contrária à recomendação gerada pela inteligência artificial. Considerando o sentido contextual desse termo, assinale a alternativa que apresenta seu significado mais adequado.

- (A) Obrigação acrescida de justificar a decisão.
- (B) Direito de flexibilizar fundamentos legais.
- (C) Benefício decorrente da aceitação de uma tese.
- (D) Expectativa de obtenção de vantagem funcional.

**09)** Considerando os conceitos de fonemas e dígrafos (vocálicos e consonantais) da língua portuguesa, assinale a única alternativa cujo vocábulo NÃO possui ocorrência de dígrafo.

- (A) implementar.
- (B) equilibrar.
- (C) instruir.
- (D) justa.

**10)** O texto afirma que “o julgador teria um ônus argumentativo”, utilizando forma verbal que indica hipótese ou possibilidade futura. Considerando a conversão adequada desse enunciado para o pretérito perfeito do indicativo, assinale a alternativa que apresenta a reescrita correta.

- (A) O julgador tivera um ônus argumentativo.
- (B) O julgador tinha um ônus argumentativo.
- (C) O julgador teve um ônus argumentativo.
- (D) O julgador tem um ônus argumentativo.

### CONHECIMENTOS GERAIS, LEGISLAÇÃO E INFORMÁTICA

**11)** A dinâmica territorial brasileira tem sido marcada por deslocamentos populacionais expressivos e pela intensificação das atividades econômicas em regiões estratégicas. Considerando esse cenário, analise as assertivas:

- I. A região Centro-Oeste consolidou-se, nas últimas décadas, como fronteira agrícola, com destaque para o agronegócio de soja e milho, impulsionado pela expansão do Cerrado mecanizado.
- II. O processo de urbanização brasileira ocorreu de forma lenta e predominantemente rural até o início dos anos 2000, quando passou a apresentar maior concentração urbana.
- III. O litoral nordestino permanece como área de grande densidade demográfica, associada à atividade turística e a polos industriais consolidados em cidades como Recife e Fortaleza.

Com base nas assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I e III estão corretas.
- (B) Apenas II está correta.
- (C) Apenas I está correta.
- (D) Todas estão corretas.

**12)** O Brasil enfrenta desafios estruturais em sua economia, com impactos diretos nos indicadores sociais. Entre esses desafios, destaca-se a baixa produtividade do trabalho, que compromete a competitividade nacional e limita o crescimento sustentado. Nesse contexto, o país depende de políticas de inovação, qualificação profissional e investimentos em infraestrutura para promover uma \_\_\_\_\_ capaz de reduzir desigualdades e estimular oportunidades.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, a lacuna?

- (A) recuperação inflacionária.
- (B) transformação produtiva.
- (C) retração fiscal permanente.
- (D) homogeneização setorial.

**13)** O setor de turismo e lazer no Brasil dialoga com fatores culturais, esportivos e ambientais, influenciando a economia e a projeção internacional do país. A esse respeito, analise as assertivas.

- I. O turismo ecológico tem se expandido com destaque para biomas como Amazônia e Pantanal, impulsionado pela busca por destinos sustentáveis.
- II. O Brasil sediou em 2023 a Copa do Mundo Feminina de Futebol, evento que ampliou as políticas nacionais de incentivo ao esporte feminino.
- III. O litoral brasileiro é um dos maiores atrativos turísticos internacionais, em razão de sua extensão e diversidade de paisagens naturais.

Com base nas assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas II está correta.
- (B) Apenas I e III estão corretas.
- (C) Apenas I está correta.
- (D) Todas estão corretas.

**14)** Determinadas matérias, no âmbito municipal, possuem iniciativa legislativa reservada ao Prefeito ou à Mesa da Câmara. Considerando essas hipóteses e o disposto na Lei Orgânica Municipal, analise as assertivas:

- I. A criação, transformação ou extinção de cargos da Administração Direta e Autárquica, bem como o aumento de sua remuneração, é matéria cuja iniciativa legislativa é exclusiva do Prefeito.
- II. A organização dos serviços administrativos da Câmara, incluindo a criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções, bem como a fixação das respectivas remunerações, é de iniciativa exclusiva da Mesa da Câmara.
- III. Projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito não admitem emendas que aumentem despesas previstas, salvo na parte referente à elaboração orçamentária.

Das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas I está correta.
- (C) Apenas II está correta.
- (D) Apenas I e III estão corretas.

**15)** A readaptação ajusta o servidor estável às limitações físicas ou mentais constatadas em inspeção médica, observando critérios relativos ao exercício e à remuneração. Com base nas disposições do Regime Jurídico dos Servidores Municipais, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A readaptação não pode resultar em aumento ou redução de remuneração, sendo preservado o vencimento do servidor.
- (B) Quando inexistir vaga no cargo indicado, o servidor poderá, provisoriamente, desempenhar suas atribuições até o provimento regular.
- (C) A realização da readaptação em cargo de padrão inferior não gera perda financeira, mantendo-se o vencimento correspondente ao cargo anteriormente ocupado.
- (D) A readaptação para cargo com carga horária superior impõe ao servidor o cumprimento imediato da nova jornada, sem necessidade de manifestação quanto à alteração.

**16)** Conforme o Regimento Interno, a Câmara Municipal reúne-se em sessão legislativa ordinária no período de \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_, enquanto a sessão legislativa extraordinária ocorre somente quando houver \_\_\_\_\_. Nessas situações, a deliberação ficará restrita à matéria que motivou a convocação, e a sessão ordinária não poderá ser encerrada sem a aprovação das leis orçamentárias.

Qual das alternativas, preenche CORRETA e respectivamente, as lacunas?

- (A) 1.º de março – 20 de dezembro – requerimento da Mesa.
- (B) 1.º de fevereiro – 15 de dezembro – convocação específica.
- (C) 15 de janeiro – 30 de novembro – ato da Presidência.
- (D) 1.º de fevereiro – 31 de dezembro – solicitação de vereador.

**17)** Os deveres do Vereador abrangem condutas funcionais e regimentais essenciais ao exercício do mandato. Considerando as disposições do Regimento Interno, assinale a alternativa correta.

- (A) O Vereador pode deixar de votar proposições mesmo sem motivo, desde que registre a ausência em ata.
- (B) O Vereador deve participar das reuniões das Comissões às quais pertença, observando prazos e responsabilidades regimentais.
- (C) O Vereador pode ausentar-se das sessões plenárias sem comunicação prévia, desde que retorne antes do encerramento.
- (D) O Vereador deve apresentar declaração de imposto de renda apenas no início e no fim do mandato.

**18)** O funcionamento de um computador depende da interação entre seus componentes físicos, seus programas e os dispositivos responsáveis pela entrada e saída de dados. Considerando os conceitos de hardware, software e periféricos, assinale a alternativa correta.

- (A) Teclado e mouse são periféricos utilizados para inserir informações e comandos no computador.
- (B) O sistema operacional é parte do hardware, pois se conecta diretamente às placas internas do computador.
- (C) O gabinete é considerado software, pois organiza os componentes internos do computador.
- (D) Impressoras e monitores não são classificados como periféricos, já que não executam processamento próprio.

**19)** No Microsoft Word 2019, em Português, alguns comandos facilitam a **pesquisa por palavras** e, também, sua **substituição** por outras, conforme o usuário julgar necessário. Para execução destas funcionalidades, deve-se utilizar os seguintes comandos, respectivamente:

- (A) Ctrl + P e Ctrl + L.
- (B) Ctrl + L e Ctrl + T.
- (C) Ctrl + L e Ctrl + U.
- (D) Ctrl + P e Ctrl + U.

**20)** Conceitos de vírus, malware e phishing fazem parte das principais ameaças à segurança da informação. Considerando essas definições, analise as assertivas abaixo.

- I. Malware é o termo utilizado para abranger qualquer software malicioso, incluindo vírus, trojans e outros códigos nocivos.
- II. Phishing é uma técnica de fraude que busca induzir o usuário a fornecer dados sensíveis por meio de mensagens ou páginas falsas.
- III. Vírus é um programa malicioso capaz de se autorreplicar automaticamente pela rede, sempre sem necessidade de qualquer ação do usuário.

Das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I é incorreta.
- (B) Apenas II é incorreta.
- (C) I e III são incorretas.
- (D) Apenas III é incorreta.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

**21)** A Lei 8.429/1992 prevê sanções para atos de improbidade administrativa cometidos por agentes públicos. Entre as condutas tipificadas, está o enriquecimento ilícito. Assinale a alternativa que corresponde a um exemplo típico dessa conduta conforme a lei:

- (A) Utilizar veículos públicos em obra particular sem autorização.
- (B) Praticar gestão orçamentária em desacordo com normas de procedimento licitatório.
- (C) Exigir propina de fornecedor público para favorecimento em contrato, em razão do cargo exercido.
- (D) Distribuir materiais de publicidade institucional sem observância dos princípios da impessoalidade.

**22)** A Lei nº 8.429/1992 estabelece sanções aplicáveis a agentes públicos que pratiquem atos de improbidade administrativa, distinguindo entre enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e violação aos princípios da Administração Pública. Considerando essas disposições, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Atos que causem prejuízo ao erário incluem ações ou omissões que resultem em perda patrimonial, malbaratamento ou desvio de bens públicos.
- (B) As sanções previstas podem incluir perda da função pública, suspensão de direitos políticos e multa civil, variando conforme a gravidade do ato.
- (C) A violação aos princípios administrativos pode ocorrer mesmo sem dano material, bastando que a conduta atente contra legalidade, impessoalidade, moralidade ou lealdade institucional.
- (D) O enriquecimento ilícito exige sempre, para sua configuração, que haja dano direto ao erário mensurável economicamente.

**23)** A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) determina, para fins de apuração das despesas de pessoal, que os valores pagos em contratos de terceirização destinados à substituição de servidores ou empregados públicos devem ser classificados como:

- (A) despesas de capital.
- (B) outras despesas de pessoal.
- (C) despesas correntes de custeio.
- (D) serviços de terceiros – pessoa jurídica.

**24)** O art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) disciplina o conteúdo obrigatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Com base exclusivamente no texto legal, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Anexo de Metas Fiscais da LDO incluirá metas anuais relativas a receitas, despesas e montante da dívida pública.
- (B) A LDO deve dispor sobre equilíbrio entre receitas e despesas.
- (C) A LDO deve conter normas sobre controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários.
- (D) A LDO pode dispor sobre a exclusão de despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

**25)** O art. 2º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) define diversos conceitos relevantes para a administração pública, entre eles o de "receita corrente líquida". Conforme a redação legal, a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores,

- (A) independentemente de deduções previstas na Constituição.
- (B) incluídas as duplicidades resultantes de transposição orçamentária.
- (C) excluídas as duplicidades.
- (D) acrescidos os valores de restos a pagar processados.

**26)** A Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) define os limites de receita bruta para enquadramento das microempresas. De acordo com o art. 3º, considera-se microempresa aquela que, em cada ano-calendário, afigure, no limite, receita bruta igual ou inferior a:

- (A) R\$ 180.000,00.
- (B) R\$ 300.000,00.
- (C) R\$ 360.000,00.
- (D) R\$ 480.000,00.

**27)** A Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), em seu art. 13, estabelece os tributos abrangidos pelo recolhimento unificado mensal do Simples Nacional. Entre os tributos unificados estão, EXCETO:

- (A) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL
- (B) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ.
- (C) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.
- (D) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.

**28)** Nos termos da Lei nº 4.320/64, sobre as categorias econômicas da despesa, um exemplo de despesa corrente é:

- (A) Transferências correntes.
- (B) Inversões financeiras.
- (C) Transferências de Capital.
- (D) Investimentos.

**29)** O art. 18-E da Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) define aspectos essenciais sobre o Microempreendedor Individual (MEI). Considerando o texto legal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os benefícios previstos na Lei Complementar para microempresa não podem ser estendidos ao MEI, mesmo que mais favoráveis.
- (B) É vedado impor restrições ao MEI quanto ao exercício de profissão ou à participação em licitações, em razão de sua natureza jurídica.
- (C) A formalização do MEI tem caráter predominantemente econômico e fiscal.
- (D) O MEI possui natureza jurídica diferenciada da microempresa, não podendo ser considerado sua modalidade.

**30)** O Título V do Código Civil estabelece fundamentos para a formação e execução dos contratos, de modo a equilibrar autonomia privada e proteção jurídica. Com base nos arts. 421, 421-A e 422, analise as assertivas:

- I. A liberdade contratual deve ser exercida nos limites da função social do contrato.
- II. O Código Civil determina que a revisão contratual é regra geral e deve ser aplicada sempre que uma das partes demonstrar desequilíbrio financeiro.
- III. Os contratantes devem observar, tanto na celebração quanto na execução, os princípios de probidade e boa-fé.

Das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I e III estão corretas.
- (B) Apenas I está correta.
- (C) Apenas II está correta.
- (D) Todas estão corretas.

**31)** Os arts. 423 e 424 do Código Civil regulam regras protetivas relativas aos contratos de adesão. Considerando tais dispositivos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Nos contratos de adesão, admite-se a renúncia prévia de direitos pelo aderente, desde que expressa e firmada por ambas as partes.
- (B) A proteção do aderente decorre da assimetria inerente à formação do contrato.
- (C) Cláusulas que impliquem renúncia antecipada de um direito inerente à natureza do negócio são nulas nos contratos de adesão.
- (D) Cláusulas ambíguas em contrato de adesão devem ser interpretadas de forma mais favorável ao aderente.

**32)** Os arts. 441 a 446 do Código Civil regulam os vícios redibitórios, possibilitando a redibição ou abatimento do preço. Com base nesses dispositivos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Se o alienante desconhecia o vício, responde apenas pelo valor recebido, somado às despesas do contrato.
- (B) O adquirente pode rejeitar a coisa por vício oculto que a torne imprópria ao uso ou diminua seu valor.
- (C) O adquirente pode optar pelo abatimento do preço em vez de redibir o contrato.
- (D) O adquirente sempre terá um ano para reclamar redibição, independentemente de ser bem móvel ou imóvel.

**33)** A Seção IV do Código Civil disciplina a responsabilidade daquele que promete fato de terceiro. Segundo o art. 439, quem promete fato de terceiro responderá \_\_\_\_\_, caso o terceiro não execute o ato prometido.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, a lacuna?

- (A) com multa contratual pré-fixada.
- (B) por perdas e danos.
- (C) com restituição integral do objeto.
- (D) com pena convencional mínima.

**34)** A Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) define conceitos fundamentais relacionados aos sujeitos da contratação pública. Considerando o texto legal, analise as assertivas:

- I. A expressão “contratante” refere-se à pessoa jurídica integrante da Administração Pública responsável pela contratação.
- II. O termo “contratado” compreende apenas pessoas jurídicas, excluídas as pessoas físicas, por envolver necessariamente relação empresarial organizada.

Com base nas assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) apenas I está correta.
- (B) apenas II está correta.
- (C) ambas estão incorretas.
- (D) as duas estão corretas.

**35)** Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a pré-qualificação consiste no(a):

- (A) Processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.
- (B) Conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.
- (C) Procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto.
- (D) Cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

**36)** Nos termos da Lei nº 14.133/2021, são modalidades de licitação, EXCETO:

- (A) Diálogo competitivo.
- (B) Concorrência.
- (C) Arrendamento.
- (D) Concurso.

**37)** A Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) define critérios para a estimativa do valor da contratação, que deve ser fundamentada em parâmetros objetivos de pesquisa de preços. Nesse sentido, analise as assertivas:

- I. É admitida como parâmetro a composição de custos unitários iguais ou inferiores à mediana do painel de preços ou banco de preços em saúde do PNCP.
- II. A cotação direta com no mínimo três fornecedores é válida, desde que haja justificativa da escolha e que os orçamentos não ultrapassem seis meses da data de divulgação do edital.
- III. As contratações similares realizadas pela Administração podem ser utilizadas como referência, desde que ocorridas até dois anos antes da data da pesquisa.

Com base no texto legal, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I e II estão corretas.
- (B) Apenas I e III estão corretas.
- (C) Apenas II está correta.
- (D) Todas estão corretas.

**38)** O Art. 40 da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) estabelece critérios obrigatórios para o planejamento de compras, de modo a assegurar economicidade, padronização e previsibilidade do consumo. Considerando o texto legal, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O planejamento de compras deve considerar condições de aquisição e pagamento semelhantes às praticadas pelo setor privado.
- (B) O planejamento deve observar princípios como padronização, parcelamento quando vantajoso e responsabilidade fiscal.
- (C) A estimativa de consumo deve orientar a determinação das quantidades a serem adquiridas, admitido o fornecimento contínuo quando adequado.
- (D) As condições de guarda e armazenamento dos materiais dispensam avaliação durante o planejamento, pois são responsabilidade exclusiva do futuro contratado.

**39)** O Art. 92 da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) estabelece um conjunto de cláusulas obrigatórias em todos os contratos administrativos, garantindo segurança jurídica, definição de responsabilidades e adequação técnica da execução. Considerando esse dispositivo, assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

Todo contrato celebrado pela Administração deverá conter cláusulas que definam, entre outros elementos: (1)\_\_\_\_\_, que permitam identificar a essência da contratação; e (2)\_\_\_\_\_, que indiquem sob qual código orçamentário a despesa será contabilizada.

- (A) (1) o preço e sua forma de pagamento – (2) a matriz de risco.
- (B) (1) o regime de execução – (2) as garantias exigidas do contratado.
- (C) (1) o prazo de garantia mínima – (2) o prazo para resposta de repactuação.
- (D) (1) o objeto e seus elementos característicos – (2) o crédito pelo qual correrá a despesa.

**40)** O Art. 106 da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) disciplina a possibilidade de celebração de contratos com prazo de até cinco anos para serviços e fornecimentos contínuos, condicionando-os a requisitos específicos. Considerando o texto legal, analise as assertivas:

- I. A contratação plurianual de serviços contínuos depende de atesto da autoridade competente quanto à maior vantagem econômica observada.
- II. A Administração deve comprovar, tanto no início da contratação quanto a cada exercício, a existência de créditos orçamentários e a vantagem de manter o contrato.

Das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) I e II estão incorretas.
- (C) Apenas I está correta.
- (D) Apenas II está correta.

**RASCUNHO PARA ANOTAÇÃO DO GABARITO**

01		11		21		31	
02		12		22		32	
03		13		23		33	
04		14		24		34	
05		15		25		35	
06		16		26		36	
07		17		27		37	
08		18		28		38	
09		19		29		39	
10		20		30		40	